

CO de 1º/10: há avanços?

A reunião do Conselho Universitário (Co) da USP de 1º/10 era aguardada com expectativa. Será que suas deliberações corresponderam a essas expectativas?

Inicialmente, foi aprovada a proposta da Reitoria de voto aberto nas instâncias deliberativas da USP, providência esta defendida pela Adusp desde 1988. Foi também aprovado que candidatos(as) a reitor(a) e vice devem registrar-se como chapa na Secretaria Geral (SG), com a apresentação de programa, pondo fim à candidatura automática de todo titular da ativa em RDIDP. Trivialidades, o mínimo que se espera em uma universidade, diriam alguns. Contudo, é provável que muitos colegas considerem um progresso tais providências.

Tudo isso é expressão de quão autoritária, elitista e oligárquica permanece sendo a estrutura do exercício de poder na USP. Afinal, o atual Estatuto da USP é, essencialmente, o imposto pela Ditadura Militar, incluindo entre outros entulhos autoritários o regime disciplinar, parente muito próximo do Decreto-Lei 477, editado pelo ditador Costa e Silva (e pelo ministro Gama e Silva) logo após o AI-5.

Colegião afronta LDB.

Aprovou-se, também, extinguir os dois turnos e a lista de oito nomes que resultava do primeiro turno. Agora haverá um único turno, que escolherá a lista tríplice a ser enviada ao governador. Neste “colegião” (“Assembleia Universitária?”), constituído por Co, conselhos centrais, congregações e conselhos deliberativos dos museus e institutos especializados, a categoria docente corresponde a 85% da composição (com prevalência clara de titulares), enquanto a representação de estudantes e funcionários é de meros 10% e 5%, respectivamente. Sequer a Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) — contra a qual lutamos e que prevê a representação docente de 70% nos colegiados — é respeitada. Ou seja, a USP não tem sido um exemplo de atenção ao ordenamento jurídico do país.

O papel atribuído ao primeiro turno, de selecionar oito candidatos para o segundo turno, foi uma farsa durante 25 anos! Nunca houve efetivamente nove ou mais postulantes ao cargo de reitor. E o colegiado maior da USP conviveu tranquilamente com tal anacronismo, apesar das reivindicações dos movimentos organizados.

O primeiro turno servia para sinalizar preferências de um eleitorado mais amplo, embora pouco representativo da comunidade, para os eleitores do segundo turno. Dada, porém, a possibilidade de influência que o núcleo de po-



Daniel Garcia

Alunos de Artes Cênicas no ato de 1º/10

der da instituição tinha sobre o número reduzido de eleitores do segundo turno, e a própria forma de eleição (com até três escrutínios e a necessidade de maioria nos dois primeiros para ser incluído na lista tríplice), era possível a tal núcleo exercer forte controle sobre a composição da lista tríplice,

dela excluindo candidato bem votado no primeiro turno.

Consulta? Dois pesos

e... A reunião do Co de 1º/10 aprovou também a realização de uma consulta, “indicativa”, com participação de professores, estudantes e funcionários. Entretanto, foi rejeitada a adoção de critérios para determinar pesos a serem atribuídos aos votos de cada categoria. Com isso, não haverá como determinar qual a chapa cujas constituição e programa terão a preferência do corpo da universidade. Apenas 19 conselheiros(as) votaram a favor de alguma ponderação na consulta. É bom lembrar que além da proposta de paridade (feita por Adusp, DCE e APG), havia a proposta de voto universal (Sintusp), bem como propostas de congregações de ponderações tanto de porcentagens “60, 20, 20” (método usado na Unicamp), quanto de “70, 15, 15” (utilizado em muitas federais e na Unesp).

Mas então o “colegião” também não define critério de quem ganha? Enviará para o governador uma lista tríplice em ordem alfabética, sem indicar preferências? Claro que não! Neste caso, haverá ordenação da lista tríplice, com

continua na página 2...

Mais ameaças de J. G. Rodas!!!

1

A Universidade de São Paulo ajuizou ação de reintegração de posse combinada com perdas e danos contra o Sintusp, DCE e Adusp em razão da ocupação dos prédios da Reitoria e torre do relógio do campus Butantã. Alega que em reunião do Conselho Universitário da USP de 1º/10, representantes do Sintusp, Adusp e DCE, “em ação extremamente violenta e organizada pelos representantes das lideranças mencionadas, invadiram o prédio da Administração Central, bem como a Torre do Relógio”. Antes de analisar o pedido liminar, o juiz Marcos Pimentel Tamassia, da 12ª

Vara da Fazenda Pública de São Paulo (processo 1005270-72.2013.8.26.0053), determinou audiência de conciliação entre as partes, no dia 8/10.

2

Reitoria cancela unilateralmente reunião de negociação de 3/10 com representantes da EACH.

Assembleia Geral da Adusp

9 de outubro, quarta-feira, às 17 horas, no Anfiteatro A5 da Geociências (1º andar do edifício principal)

Pauta: avaliação do Co de 1º de outubro e desdobramentos / greve na EACH / ação do Rodas contra a Adusp pela ocupação da Reitoria

▶ continuação da capa

primeiro, segundo e terceiro...

Está clara a utilização de dois pesos, duas medidas. No caso do corpo da universidade, não há como decidir quem ganhou, a menos que uma chapa seja vencedora em todas as categorias. Quando se trata da reunião dos centros de poder da universidade, aí sim!, há regras claras para definir um vencedor.

Frisemos: discutia-se uma consulta, não uma eleição. Ainda assim, o Co da USP teve medo da resposta advinda da participação de todos os docentes, estudantes e funcionários. Reiterou, com clareza, a manutenção do maior grau de liberdade possível para o centro do exercício de poder.

Trata-se de um desrespeito ao corpo da universidade. Afinal, são o trabalho e o esforço de docentes, estudantes e funcionários que constroem a USP. Mas na hora de saber o que pensamos, de levar em conta a nossa opinião, joga-se na confusão, com a aprovação de uma consulta apenas “indicativa”. Na realidade, corremos o risco de o “colegião” escolher, a seu bel prazer, que parte da consulta levar em conta (se é que levará alguma...) na indicação da lista tríplice a ser enviada ao governador.

Uma indicação clara, a partir da consulta com a participação de todos os professores, estudantes e funcionários, exerceria pressão e provocaria constrangimento político no “colegião”. Por óbvio, a proposta da Adusp de inclusão da chapa vencedora da consulta na lista tríplice foi considerada prejudicada.

Mesmo assim, registre-se que se seguir esta providência de consulta “indicativa” teria sido aprovada sem a pressão do corpo da universidade. E está absolutamente claro que permanece central a luta pela real democratização da universidade, exigindo empenho e determinação de professores, estudantes e funcionários.



Ato de 1º/10 diante da Reitoria

Daniel Garcia

Alguma história... Durante todo este processo, a Adusp manteve a disposição de diálogo com os diversos setores, ao mesmo tempo em que investia, dando consequência às deliberações de assembleias e do Conselho de Representantes, em organizar ações conjuntas com estudantes e funcionários para pressionar a sessão do Co de 1º/10. Participamos de debates no IEA e em diversas unidades da USP, além de divulgar, através deste *Informativo*, esclarecimentos acerca do significado de paridade e de outras proporcionalidades em eleições.

Em 4/7, foi protocolada na Secretaria Geral proposta de realização de consulta paritária, com a inclusão do nome eleito na lista tríplice, uma iniciativa da Adusp, DCE e APG. Um dia depois (coincidência?), a Reitoria emitiu ofício declarando vagas intenções de democratização da USP, sem enunciar alguma proposta concreta.

Aumentou a agitação, em todos os setores: no movimento e entre diretores de unidade. Era importante intervir politicamente no processo, levando as propostas e os argumentos do movimento.

Convidados por representantes de um coletivo de diretores que preparava propostas para o dia 1º/10, levamos a esta reunião

proposta objetiva de ordenamento da pauta de discussão do Co, de forma a contemplar todas as propostas sobre democratização em debate na universidade. Nesta reunião, insistimos ser essencial que qualquer tipo de consulta fosse acompanhada de um método para decidir uma chapa vencedora.

Solicitamos audiência à Reitoria para discutir o encaminhamento da reunião do Co e fomos recebidos em 30/9, quando levamos proposta de ordenamento de votação da pauta e frisamos, uma vez mais, ser imperioso o estabelecimento de um método de decisão sobre o resultado de uma consulta. Claro, a proposta que defendemos foi a de paridade, e argumentamos sobre sua racionalidade e razoabilidade.

Ao mesmo tempo, organizamos, em conjunto com o DCE, a APG e o Sintusp um ato em defesa de Diretas para Reitor e Estatuinte Livre, Soberana e Democrática, que ocorreu em frente à Reitoria durante a sessão do CO de 1º/10. Além disso, a Assembleia Geral da Adusp havia aprovado paralisação nesse dia, em defesa das bandeiras unitárias dos movimentos e em apoio à greve e luta dos docentes, estudantes e funcionários da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH-USP).

Perspectivas.

Durante a sessão do Co foram votadas diversas propostas, que incluíam eleições diretas, Estatuinte e uma resolução de que a 1ª reunião do Co de 2014 decidirá calendário de um debate aprofundado sobre a democratização da organização e do funcionamento da USP, a única a ser aprovada. Entretanto, é interessante registrar que a proposta de Estatuinte obteve 58 votos a favor (e 47 contra), maioria insuficiente para mudança estatutária. Tam-

bém merece menção outra proposta que constava do parecer da Procuradoria Geral: adicionar um artigo 22 às Disposições Transitórias do Estatuto no sentido de que, durante o ano de 2014, bastaria maioria absoluta (50% + 1) do total de membros do Co para realizar mudanças estatutárias, no lugar dos 2/3 hoje em vigor. Esta proposta não foi aprovada. Consideramos adequado fazer um esforço político para recolocar, na pauta da 1ª reunião do Co de 2014, tanto a emenda proposta às Disposições Transitórias, como a questão da Estatuinte.

Nossa luta pela instalação de Estatuinte Livre, Soberana e Democrática e Eleições Diretas e Paritárias para reitor(a) deve permanecer. Estaremos atentos ao desenrolar da conjuntura, mas nossas referências fundamentais estão onde sempre estiveram: na potencialização da mobilização e da luta organizada e unitária de professores, estudantes e funcionários em prol de uma universidade efetivamente democrática, de qualidade, com trabalho acadêmico solidário e humanizado, pública na lógica de seu funcionamento e na destinação da sua produção, que possa contribuir para a reversão da enorme injustiça social e econômica à qual tem sido submetida a maioria da população paulista e brasileira.

Justiça rejeita notificação de Uip contra a Revista Adusp

O juiz Paulo Antonio Canali Campanella, da 24ª Vara Criminal da Capital, rejeitou pedido de interpelação judicial aos jornalistas Pedro Pomar, Tatiana Merlino e Débora Prado, formulado pelo secretário estadual da Saúde, David Uip, em razão de matérias sobre o

Hospital Emílio Ribas, publicadas na edição 54 da *Revista Adusp*.

Uip “julgou-se ofendido em sua honra pelos interpelados”, segundo alegou seu advogado Luiz Flávio Borges D’Urso, atribuindo à *Revista Adusp* “afirmações infundadas e dúbias” a seu respeito.

Campanella, porém, lembrou que o pedido de explicações somente procede quando as expressões apontadas como desonrosas são dúbias ou contraditórias, o que “não é o caso dos autos”. Segundo o juiz, as afirmações da revista “são claras, inexistindo

qualquer dubiedade nelas, de modo que, acaso entenda o requerente sejam elas caracterizadoras de crime contra a honra deverá, independentemente desta providência ora requerida, ajuizar a competente queixa-crime, se cabível” (*Diário Oficial*, 13/9).

Ato por eleições diretas pressionou Co

Um ato unificado de docentes, funcionários e estudantes foi realizado em 1º/10 em frente à Reitoria, para pressionar o Conselho Universitário (Co) durante a reunião que apreciou propostas de emenda ao Estatuto da USP. Além dos representantes das três categorias em greve na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), compareceram delegações de alunos da Escola de Engenharia de São Carlos, do *campus* de Ribeirão Preto, dos cursos de Nutrição e Enfermagem e de unidades do Butantã.

As professoras Adriana Tufaille e Elisabete Franco deram informes sobre a situação na EACH. “A USP foi e está sendo irresponsável. O diretor Boueri praticou um crime ambiental diante dos nossos olhos. A sindicância da Reitoria não teve consequência alguma”, disse Elisabete, que também se congratulou com o movimento pela democratização das eleições de reitor(a).

Presente ao início do ato, o de-

putado estadual Carlos Gianazzi (PSOL-SP) declarou apoio à luta por eleições diretas na USP e criticou J. G. Rodas, “mais xerife do que reitor”. Ele cumprimentou as categorias da USP Leste por darem, com seu movimento, uma “aula de cidadania”.

Magno Carvalho, do Sintusp, apontou o caráter retrógrado do Estatuto da USP. Observou que nas universidades federais “todo mundo vota para reitor”. Explicou que as diferentes propostas das entidades, relativamente ao sistema eleitoral de reitor(a), não impedem uma ação comum: “Temos uma diferença com a Adusp e o DCE, mas estamos juntos na defesa da eleição direta”, afirmou. “Nós defendemos o voto universal, a Adusp defende o voto paritário. Mas isso neste momento é secundário”, realçou.

Ceder os anéis. “Existe um feudalismo enorme aqui”, disse Luis Gustavo, da APG. “Esta é a universidade mais atrasada do

país. Os professores nas unidades sequer ficaram sabendo da proposta dos diretores”, acrescentou, referindo-se à emenda ao Estatuto apresentada por 50 diretores e submetida ao Co, que elimina o segundo turno na eleição de reitor, mas apoia consulta à comunidade meramente indicativa.

Na opinião de Claudionor Brândão, do Sintusp, os diretores “cedem os anéis para não perder os dedos”. Ele lembrou que Rodas foi declarado *persona non grata* pela Faculdade de Direito. “Se não tivesse o apoio da maior parte dos diretores de unidades, ele teria conseguido chegar ao fim do mandato?”, questionou.

Os diretores do DCE defenderam a realização imediata de eleições diretas para reitor e o fim da lista tríplice. Tal como a APG, propuseram que o Co promovesse uma reunião aberta.

Ponderações. O professor Francisco Miraglia destacou que a eleição direta paritária para reitor

e a realização de uma Estatuinte são propostas históricas da Adusp. “A reunião de hoje é parte de um processo muito longo. A proposta defendida pela Adusp é exatamente a mesma do DCE”, afirmou. Quanto à orientação do DCE aos alunos, ele ponderou que seria importante o Co realizar e concluir normalmente sua reunião.

O professor Ciro Correia, presidente da Adusp, assinalou que aquela mobilização conjunta era uma vitória que há muito não ocorria. “A voz do movimento se faz ouvir na sala do Conselho Universitário”, disse, sublinhando não haver motivo para mudar o local da atividade. “Nosso ato conjunto vai permanecer aqui”.

Em dado momento, estudantes resolveram se deslocar para a porta lateral, deixando o local do ato unificado. Em seguida ocorreu a ocupação da Reitoria. Os docentes, por sua vez, permaneceram em frente à entrada principal, onde acompanharam os informes sobre as votações no Co.

Co rejeita eleição direta, consulta oficial, Estatuinte. Consulta à comunidade será meramente indicativa

A reunião do Conselho Universitário (Co) realizada em 1º/10, na qual foram votadas diversas propostas de emendas ao Estatuto, relacionadas em especial à eleição de reitor(a), confirmou a indisposição da maioria dos conselheiros de aprovar mudanças significativas. A proposta de instauração de uma Estatuinte a partir de 2014 ganhou por maioria dos votos (58 x 47), mas perdeu pela lógica dos dois terços exigidos para as alterações do Estatuto. Já as cinco propostas de eleições diretas para reitor, patrocinadas por ICB, IB, IGC, Sintusp e DCE, foram derrotadas.

“[Esta] minha [proposta] favorita vai perder, mas não é por isso que não vou votar nela”, disse o reitor J. G. Rodas, presidente da sessão, antes da votação do ponto “Eleição direta, com ponderação de votos 70, 15, 15” (ICB). Dentre todas as propostas de diretas, a encampada pelo reitor foi a que mais votos favoráveis recebeu: 35, registrando-se 68 contrários, com duas abstenções.

Por 64 votos favoráveis e 33 contrários, com duas abstenções,

foi aprovada uma proposta de consulta universitária sem ponderação, encaminhada pelas congregações do IAU e FE, de teor totalmente diverso daquela defendida pela Adusp. A emenda vitoriosa determina que “a Comissão Eleitoral deverá se encarregar da consulta à comunidade, que será estratificada segundo as categorias funcionais, apurando-se em separado os votos de docentes, funcionários e estudantes”. Além disso, a consulta será apenas “de caráter indicativo”, sem validade prática.

A ponderação dos votos dados na consulta foi proposta pelas congregações da FFLCH e FCF, porém rejeitada por ampla maioria: 81 x 19, com uma abstenção. O resultado inviabilizou a apreciação e votação da proposta da Adusp, que sugeria a realização de consulta paritária, oficial, sendo a lista tríplice encabeçada por seu vencedor ou vencedora.

Decidiu ainda o Co que a eleição de reitor e vice-reitor será feita mediante inscrição de chapas que devem apresentar um programa de gestão a ser imple-

mentado; que ela ocorrerá em um só turno, extinguindo-se o chamado “coleginho”; e que o reitor e seu vice serão nomeados pelo governador do Estado a partir de lista tríplice de chapas.

Co fechado. Antes de as apreciações e votações terem início, representantes discentes e representantes dos funcionários propuseram que a reunião do Co fosse aberta aos participantes do ato realizado em frente à Reitoria. O apelo foi colocado como questão de ordem para o início da sessão. “Existe aqui um abuso do aparato. Só os professores membros das congregações estão aqui podendo decidir sobre o tema. Essa casa permite abertura [das sessões] com base no regimento, e já houve precedente para isso em 2004”, argumentou Luiz Gustavo, representante dos pós-graduandos.

Rodas alegou ser necessária uma votação e posterior publicação no *Diário Oficial do Estado*, para que a abertura da reunião fosse possível, e chegou a dizer que a votação implicaria imedi-

ato encerramento da sessão. Mas, apesar de sua resistência (“nenhum de nós tem o condão de mudar este rito”), a votação acabou ocorrendo. Foram 94 votos contrários à abertura da sessão, 20 favoráveis e três abstenções.

Após o resultado, parte dos representantes discentes se retirou da reunião. A sessão continuou normalmente, apesar de o barulho vindo do lado de fora do auditório haver competido com as intervenções na reunião e constrangido parte dos conselheiros.

Antes disso, uma cena causou estranheza, quando se votou o prosseguimento ou não da sessão, em decorrência da possível ocupação. Ao ler no painel o resultado da votação, Rodas se enganou. Decretou o fim da reunião, embora o painel indicasse que ampla maioria dos presentes havia votado pela continuação dos trabalhos. Os conselheiros precisaram chamar a atenção do reitor para que ele lesse corretamente o resultado e, aparentemente a contragosto, desse prosseguimento à sessão.

É hora de intervir na LOA 2014

A Adusp tem defendido, em conjunto com o Fórum das Seis, a necessidade de construção de um efetivo Sistema Nacional de Educação (SNE), de forma a prover educação de qualidade socialmente referenciada em todo o país.

Essa empreitada demanda a existência de boa infraestrutura, tratamento isonômico nas instituições congêneres, condições dignas de trabalho e salário, gestão democrática, políticas de acesso e permanência estudantil etc. Tudo isso exige financiamento adequado da educação pública estatal.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2014) estabeleceu, no primeiro semestre, a destinação de “no mínimo” 9,57% da quota-parte do Estado do ICMS para as universidades estaduais e agora segue a elaboração da LOA 2014. É essencial nossa intervenção organizada nas audiências públicas que ocorrerão nos próximos dois meses (ver parte do cronograma), com o objetivo de ampliar os recursos para a educação como um todo e, em especial, para USP, Unicamp, Unesp e Centro Paula Souza (Ceeteps), vinculado à Unesp.

Um pouco de história.

O atual financiamento da USP, Unesp e Unicamp tem origem no Decreto 29.598, de fevereiro de 1989, por meio do qual o governador Quéricia tentou livrar-se de uma longa greve do funcionalismo público e, particularmente, dos setores organizados nessas três universidades estaduais. Isso garantiu, naquele momento, o repasse de 8,4% da arrecadação da quota parte do Estado do ICMS. A luta constante desses se-

tores organizados garantiu, em 1991, a ampliação para 9% e, em 1994, para os atuais 9,57% do índice do ICMS destinado a essas universidades.

Tais índices têm sido insuficientes para a manutenção, com qualidade, do tripé ensino-pesquisa-extensão e, mais ainda, inadequados para a expansão desses serviços essenciais realizados nessas universidades. Por este motivo, reivindicamos, há muito tempo, a destinação de 33% do total da receita de impostos do Estado para a educação pública em geral, o que inclui a destinação de 11,6% da quota parte do ICMS para as três estaduais paulistas e outros 2,1% para o Ceeteps.

É possível e necessário...

O Fórum das Seis tem denunciado, há anos, o descaso de sucessivos governos do Estado para com o financiamento adequado das três universidades paulistas e do Ceeteps. Mais grave ainda é que essa opção política tem incluído a adoção de mecanismos que dilapidam os recursos formalmente definidos em sucessivas LDO e LOA — trata-se do desvio de recursos que antecede o repasse do ICMS (Habitação, Nota Fiscal Paulista, isenções fiscais etc.) — e tudo isso tem acontecido, aparentemente, com a complacência dos próprios administradores universitários!

Essa situação pode e deve mudar, mas isso só será conseguido com muita luta. E cabe lembrar que a construção do SNE passa pela construção do Sistema de Ensino Superior Paulista e que, ademais, enquanto não conseguimos estabelecer recursos para as três

universidades paulistas e o Ceeteps de modo mais permanente, devemos lutar pela ampliação do atual índice do ICMS destinado a essas instituições.

O período de definição da próxima LOA é um momento privilegiado para dar continuidade à

nossa luta por mais recursos para a Educação e, em especial, para as três estaduais paulistas e o Centro Paula Souza.

Contamos com sua contribuição!

Compareça a uma dessas audiências públicas da LOA 2014:

11/10, sexta-feira, 10 horas	Ribeirão Preto	Câmara Municipal
17/10, quinta-feira, 10 horas	Piracicaba	Câmara Municipal
29/10, terça-feira, 14 horas	São Paulo	Assembleia Legislativa
31/10, quinta-feira, 18 horas	Bauru	Câmara Municipal

MP processa Rodas por improbidade. Alesp convoca reitor a dar explicações

A Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa (Alesp) aprovou por unanimidade, em 25/9, requerimento de autoria do deputado Carlos Giannazi (PSOL) que convoca o reitor J.G. Rodas a comparecer à Alesp para esclarecer “denúncias de improbidade administrativa, nos anos de 2009 a 2011, que deram origem à ação movida pelo Ministério Público do Estado (MPE), na qual pleiteia o ressarcimento por prejuízos de mais de R\$ 3 milhões”.

O promotor Silvio Marques, da Promotoria do Patrimônio Público e Social da capital, impetrou a ação contra Rodas, que envolve atos praticados no período em que foi diretor da Faculdade de Direito (FD-USP) e um ocorrido em 2011, quando já exercia o cargo de reitor.

Quando diretor da FD, em 2009, Rodas assinou, em sigilo, acordos que vinculavam o financiamento privado de obras nas dependências da faculdade à atribuição dos nomes dos doadores às salas criadas ou reformadas. Os acordos foram celebrados com a família do banqueiro Pedro Conde e com o escritório de advocacia Pinheiro Neto.

Devolução. “Em janeiro de 2010, em seu último dia à frente da Faculdade

de Direito, Rodas publicou portaria com as nomeações. A medida causou polêmica porque, pela tradição, as salas são batizadas só com nomes de professores da São Francisco. Em maio, contudo, após a descoberta dos acordos sigilosos de encargos, a faculdade revogou a portaria e o sucessor de Rodas, Antonio Magalhães Gomes Filho, solicitou uma investigação do MPE, tornando-se um grande desafeito do reitor”, informou o *Estado de S. Paulo* de 11/9. A família Conde “acionou a USP na Justiça e, em abril de 2012, conseguiu a devolução de R\$ 1 milhão que havia doado para a Faculdade de Direito, além de R\$ 40 mil dos custos advocatícios”.

Além de pleitear a devolução desses valores, a ação do MPE também denuncia o reitor da USP por haver mandado imprimir em 2011, com verba da universidade (R\$ 5.319,61), 6 mil boletins internos em que desfechou ataques ao diretor Gomes Filho. O promotor Silvio Marques argumenta que Rodas “frustrou a licitude de processo licitatório, infringiu princípios administrativos que regem a administração pública e utilizou a publicação do boletim com desvio de finalidade, para realizar promoção pessoal, causando prejuízo ao erário estadual”.

A Previdência Complementar e a mensagem do DRH-USP

Muitos colegas ficaram preocupados e surpresos com a mensagem de 3/10/13 do Departamento de Recursos Humanos (DRH-USP) acerca da urgência na adesão à previdência complementar.

Veja em <http://goo.gl/MG4JuO> esclarecimento da assessoria jurídica da Adusp sobre o tema.

Greve na EACH continua firme. Rodas cancela audiência e mantém impasse

O reitor J.G. Rodas cancelou a terceira reunião que teria com a “Comissão dos 13”, formada por representantes das três categorias em greve na EACH e pelo presidente da Adusp, professor Ciro Correia. A reunião deveria ter ocorrido em 3/10, mas o reitor, utilizando como pretexto as ocupações da Reitoria e da diretoria da EACH por estudantes (ocorridas respectivamente nos dias 1/10 e 2/10), comunicou que ela não mais ocorreria. As reuniões anteriores foram realizadas em 19/9 e 26/9, na Reitoria.

O impasse na EACH decorre da decisão do reitor de manter à frente da unidade o vice-diretor Edson Leite. Na reunião de 26/9, Rodas e seu chefe de gabinete tentaram convencer os representantes da EACH a aceitar uma portaria de Leite que criava um certo “conselho consultivo”. Mas essa portaria havia recebido o repúdio unânime da assembleia conjunta da EACH, realizada nessa mesma data no anfiteatro da Geografia, pouco antes da reunião com o reitor. A “Comissão dos 13” contestou a disposição da Reitoria de sustentar Leite. Foi dito que ele não goza de qualquer representatividade e que sequer havia consultado as pessoas nomeadas para o “conselho consultivo”, nem convocado a Congregação.

Nessa mesma ocasião a Comissão dos 13 recebeu mais documentos da SEF e o teor da sindicância envolvendo o professor Boueri. Insistiu na necessidade de afastamento imediato da direção. O reitor acabou admitindo que talvez possa ser instaurado um processo

administrativo relativo aos responsáveis e às irregularidades do aterro de 2011.

Sem punições. Ainda na reunião de 26/9, a comissão reivindicou que não ocorra punição dos alunos, docentes e funcionários. O reitor disse que as categorias nada fizeram de errado, que justifique punições, mas que a reposição das aulas terá que ser feita. Rodas afirmou que ao final da greve será aberta negociação quanto à reposição dos trabalhos letivos e administrativos, não havendo motivo para qualquer tipo de punição ou retaliação aos participantes do movimento ali reconhecido como legítimo.

O professor Antonio Massola informou que, a partir de 27/9, as obras de ampliação de salas do bloco I1 e do ginásio de esportes, que se encontravam sob a responsabilidade da unidade, seriam assumidas pela administração da universidade, isto é, pela SEF, tanto no que diz respeito aos trabalhos da empresa que as realizam como à fiscalização da execução.

Na reunião de 26/9, a Reitoria concordou com a constituição, nos termos contrapropostos pelo movimento, de uma comissão para acompanhar diretamente o andamento das questões relativas às contaminações na EACH, seja quanto ao problema do metano, seja no que concerne ao aterro. Esta comissão poderá ser composta por um membro da Cetesb (caso ela concorde); um da SEF ou da Reitoria; um da EACH; um aluno, um funcionário e um docente (todos pertencentes à comunidade da EACH). O reitor informou que o diretor destituído Jorge Boueri

pediu licença-prêmio e férias para o final de sua licença médica, já deferidas.

Risco de explosão. A força-tarefa criada por professores da EACH para examinar em profundidade os documentos fornecidos pela SEF concluiu seus trabalhos. Foram apresentados pareceres sobre a documentação. Num desses pareceres, os professores Paulo Sinisgalli e Evandro Moretto, do curso de Gestão Ambiental, concluíram, com base na Licença Ambiental de Operação (LO) 2118, de 29/11/2012, no Auto de Infração 30004574 de 2/8/2013, e em outros documentos, que “há risco de explosão nas edificações da EACH”, relacionado à existência de metano no subsolo, e que algumas condicionantes estabelecidas pela LO 2118 não estão sendo cumpridas. Fica claro, diz o parecer, que “os impactos ambientais negativos derivados deste risco são de natureza significativa e que as medidas de controle e monitoramento do risco não estão sendo integralmente cumpridas”.

Os professores explicam, no parecer, que “se um determinado órgão ambiental estabelece condicionantes nas licenças ambientais para o controle de determinado risco ambiental, pode-se concluir que este risco refere-se a impactos potenciais negativos de natureza significativa”. Neste caso, “o controle do risco ambiental deve ser considerado compulsoriamente no planejamento e na gestão do empreendimento, pois do contrário, a licença não é válida”.

Os autores advertem que “os impactos potenciais deflagrados por uma explosão recairiam sobre

uma parte da própria comunidade acadêmica que frequenta a unidade diariamente, a qual está estimada em cerca de 5 mil pessoas ao longo de um dia regular de funcionamento”.

Perplexidade. No parecer, Sinisgalli e Moretto também avaliaram a questão do risco crônico à saúde na EACH. A Cetesb considerou inadequada a avaliação de risco à saúde apresentada pela USP, realizada pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), “uma vez que não contemplou a elaboração do mapeamento da área com os contaminantes do solo, água e ar, como preconizado pela condicionante 5 da LO”.

Os professores lembram que o risco à saúde humana é um risco crônico que somente irá se manifestar depois de algum tempo. “Caso seja demonstrado que há risco de dano à saúde, isso implicará que a população de estudantes, alunos e professores pode ter sido exposta a este risco por oito anos de existência da EACH” (leia íntegra do parecer em <http://goo.gl/FZ0pQt>).

Nesse contexto, causa perplexidade a Reitoria haver cancelado a reunião de negociação prevista para 3/10, assim como ter vencido em 2/10 o prazo de 60 dias dado pela Cetesb à USP para atender às 11 exigências pendentes de providências, detalhadas no Auto de Infração de 2/8/2013. Isso sem que qualquer satisfação pública a respeito tenha sido oferecida para a comunidade, até o momento, pela Reitoria ou pela Cetesb. A comunidade em greve na EACH continua unida para avançar nessa luta, a qual conta com todo apoio e suporte da Adusp.

Cronologia dos problemas ambientais e administrativos na EACH

2002

Reitoria constitui um Grupo de Trabalho para avaliar a possibilidade e a conveniência de um novo *campus* na cidade.

2004

Reitoria apresenta projeto básico de novo *campus* na Zona Leste. Governo estadual aprova e faz previsão orçamentária.

A área doada para a construção é a do Parque Ecológico do Tietê, situado em Ermelino Matarazzo, às margens da Rodovia Ayrton Senna. O local está sob parte dos antigos meandros do rio Tietê, que fo-

ram aterrados em diversas regiões da cidade. O solo dessas áreas é tecnicamente conhecido como depósito aluvionar (argila orgânica), que naturalmente concentra gás metano. O Parque Ecológico do Tietê é uma Área de Preservação Permanente (APP) e Área de Proteção Ambiental (APA).

Abril: Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) exige apresentação de Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), Estudo Ambiental Simplificado (EAS) e Relatório Ambiental Preliminar (RAP) para a obtenção de Licenciamento Ambiental para construção e funcionamento do *campus*. As obras têm início.

continuação da cronologia

Junho: Reitoria, representada pela Coesf (atual SEF), obtém Licença Ambiental Prévia para realização das obras, quando 11% do *campus* já está implantado e encontra-se em operação.

2005

Abril: Obtenção de Licença de Instalação e Licença de Operação do *campus*. SEMA cobra da universidade que assine Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), uma vez que parte do *campus* já estava instalada antes de ter permissão para isso.

TAC exige que a Universidade, dentro de 24 meses, levante existência de compostos voláteis orgânicos (VOC) no *campus*; apresente mensalmente relatórios sobre estudo histórico do aterro; realize imediatamente mapeamento de gases no subsolo no entorno das edificações; monitore as caixas de passagem, a fim de promover ventilação sempre que a leitura de explosividade ultrapassar 20% do Limite Inferior de Explosividade (LIE).

Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (Cetesb) emite parecer no qual se observa que o TAC não foi cumprido, não tendo sido apresentado estudo histórico da ocupação da área, e nenhuma das sondagens foi realizada no local onde estão instalados edifícios.

Em resposta ao parecer, a USP apresenta um cronograma, comprometendo-se a complementar o estudo histórico do aterro até 13/4/2006.

Mai: Sexta Promotoria do Meio Ambiente abre Inquérito Civil a respeito da instalação do *campus* sem as licenças ambientais, levando a possíveis danos ao meio ambiente, à vida e à saúde dos membros da comunidade.

2006

Março: Ministério Público (MP) solicita da Universidade parecer técnico sobre as condições ambientais do *campus* e questiona cumprimentos de pontos presentes no TAC.

2007

Junho: USP finalmente apresenta cronograma, comprometendo-se a complementar o estudo histórico do aterro em resposta a parecer da Cetesb emitido em 2005.

Setembro: em relatório, Cetesb diz que Relatório de Andamento III elaborado pelo IPT informa que medidas da explosividade foram efetuadas em 28/9 e 23/11 de 2006, e todas indicaram o valor 0%.

Perguntas enviadas pelo MP em 2006 são respondidas. Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental (DAIA) da Cetesb reconhece que há pontos do TAC ainda não atendidos.

Outubro: MP solicita novo parecer técnico ao Centro de Apoio e manda oficialiar o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

2011

Janeiro a outubro: Terras de origem desconhecida, e ao menos em parte comprovadamente contaminadas, são depositadas no terreno do *campus*, juntamente com entulho de construção civil. O transporte ocorreu sem processo licitatório, sem contrato e sem autorizações oficiais.

Jorge Boueri Filho, então diretor da unidade, recebe do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), órgão estadual, notificação de infração que adverte quanto à possibilidade de contaminação do material. À época, a Reitoria não teria tomado conhecimento da notificação. O então diretor do Parque Ecológico do Tietê, Valter dos Santos Rodrigues, também adverte Boueri para que a movimentação de terras no *campus* seja paralisada. Dias depois, Rodrigues é destituído de seu cargo.

Promotoria do Meio Ambiente abre inquérito civil sobre a movimentação de terras e entulhos.

Outubro: é apresentado pelo IPT novo sistema de pesquisa da contaminação, ficando pendente a realização de testes piloto no local para a implementação em todos os edifícios.

Novembro: USP encaminha ofício com questões à Cetesb, que constata necessidade de verificação de existência de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) na EACH.

Cetesb responde que a continuidade do monitoramento de explosividade sob as lajes de piso dos edifícios, sem necessidade do uso de bombas de sucção (que deveria ter sido elaborada pelo IPT), está entre exigências que permanecem pendentes.

Cetesb garante: existem riscos potenciais de explosividade no *campus*, devido à presença de metano no subsolo, e de toxicidade, devido à presença de contaminantes no solo e na água subterrânea. São indicados monitoramento diário dos gases no entorno e no interior das edificações e de um Plano de Contingência.

Cetesb encaminha à USP Leste Auto de Infração e exige que seja imediatamente implantado sistema de extração de gás do subsolo em ambientes confinados; apresentação de Planos de Contingência e de monitoramento da área contaminada; elaboração de investigação detalhada e plano de intervenção e relatório com cronograma para implantação de medidas.

Dezembro: segundo procedimento do MP é apensado ao primeiro.

2012

Janeiro: após vencer processo licitatório, a empresa Servmar Serviços Técnicos Ambientais Ltda. passa a fazer medições semestrais da quantidade de gás metano presente em áreas específicas da EACH por meio de postos de monitoramento. A empresa também analisa parte da terra depositada no ano anterior.

É apresentado relatório da empresa Consultoria em Meio Ambiente (CEMA) sobre o Plano de Ação de Emergência.

USP envia à Cetesb relatórios sobre monitoramento de gases com base em dados do IPT e da Servmar.

Mai: USP envia ao MP relatórios sobre sistema de ventilação do subsolo e projeto de monitoramento das concentrações de metano.

Julho: USP envia ao MP relatório assinado pelo arquiteto Rogério Bessa e cronograma geral de ações e relatório da CEMA sobre o Plano de Ação de Emergência.

2013

Parecer Técnico do MP pede informações ao DAIA sobre o cumprimento do rol de exigências de 9/6/04, por ocasião do pedido de Licença de Instalação, e sobre a implantação dos sistemas de captação dos gases.

Julho: Em vistoria no *campus*, Cetesb constata o não cumprimento das exigências técnicas, dentre elas a instalação de sistemas de extração de gás em todos os prédios.

Agosto: Cetesb encaminha à EACH novo Auto de Infração, ou Penalidade de Advertência.

Setembro: supostamente por exigência da Cetesb, no dia 6 a SEF coloca placas no *campus* alertando riscos de saúde em função do aterramento de terras feito em 2011.

10/9: professores e alunos entram em greve. Em reunião aberta da Congregação da EACH, em 11/9, professores, estudantes e funcionários da EACH aprovam a destituição do diretor J. Jorge Boueri e do vice-diretor Edson Leite.

19/9: primeira reunião entre comissão de representantes das categorias em greve (“Comissão dos 13”) e o reitor.

23/9: em reunião aberta na EACH, o professor Massola (SEF) informa que o aterro de 2011 compreende 40 mil m³, e que a retirada deste material pode custar à USP “entre R\$ 3 milhões e R\$ 40 milhões”.

25/9: Comissão de Educação e Cultura da Alesp realiza audiência pública sobre a EACH.

26/9: segunda reunião entre a “Comissão dos 13” e o reitor.

Outubro:

3/10: Rodas cancela a terceira reunião.